



DEPOIMENTO

RENAULT MATTOS RIBEIRO

*Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados.
Entre outras atividades na Casa, exerceu o cargo de
diretor do Departamento Médico.*

ENTREVISTADORES:

Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto

LOCAL:

Brasília

DATA:

12/9/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 33 minutos

TÓPICOS:

Sua entrada para o quadro de servidores da Câmara; a vinda para Brasília; a mudança de concepção do atendimento médico a deputados e servidores; a estruturação do Serviço Médico da Câmara dos Deputados; as relações inter-pessoais com servidores e deputados; a reforma administrativa da Câmara; a doença de Tancredo Neves.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor fique à vontade para falar o que quiser. Nós temos este compromisso: o senhor pode falar à vontade. Para orientar, a Glória vai fazer algumas perguntas, e nós também. Vai ser um bate-papo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Renault, para ficar registrado na fita que está sendo gravada, o senhor, por favor, poderia dizer o seu nome completo. E já vamos começar perguntando como o senhor entrou para a Câmara dos Deputados, quando o senhor entrou, em que circunstâncias, quais as funções que exerceu, como foi a montagem do Serviço Médico.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Meu nome é Renault Mattos Ribeiro. Eu entrei para a Câmara em 1958, ainda no Rio de Janeiro. Como?

A Câmara pediu ao Hospital dos Servidores do Estado, onde eu era médico, um médico para compor o seu quadro. Na época, havia só dois médicos: o Dr. Rodolfo Costalat e o Dr. Ataíde. Então, eles pediram mais um médico e, o diretor do hospital, não o diretor da época, mas o chefe de serviço de cirurgia, Dr. Raimundo de Brito, que depois foi ministro da Saúde, indicou meu nome, fez um ofício e o encaminhou à Câmara, onde me apresentei ao então presidente Ranieri Mazzilli. Essa foi a maneira como cheguei à Câmara dos Deputados.

Em 1960, com a transferência da capital, fiquei na dúvida se viria ou não para Brasília, porque eu era médico do quadro efetivo do Hospital dos Servidores do Estado, do quadro efetivo. Eu gostava muito do hospital; eu era um menino criado no hospital. Fui residente, fui chefe de residentes e, à época, eu era médico da clínica médica.

Enquanto a Câmara pedia para eu vir – não exigia, mas era quase uma imposição –, eu tinha muito receio de deixar o Hospital dos Servidores. Lá me perguntavam: “Você não vai para Brasília, não é?” E eu respondia: “Não, não vou.” E na Câmara me perguntavam: “Você vai?” E eu dizia: “Vou.” E, nessa dúvida, acabei vindo, claro, o que foi um gesto realmente de maior acerto em minha vida: foi vir para Brasília. E, vindo, imaginei que passaria aqui um ano ou dois anos, que era o tempo que eu previa para organizar o Serviço Médico.

Nessa época eu já tinha muita influência no Serviço Médico da Câmara, porque eu implantei, ainda no Rio de Janeiro, uma maneira diferente de examinar doentes. Não foi uma invenção, apenas transpus para o Serviço Médico da Câmara o que eu fazia no Hospital dos Servidores do Estado, que era “examinar o doente”.

Era costume do servidor da Câmara, principalmente do deputado, chegar em meu gabinete, estender o braço e pedir para medir a pressão. Então eu dizia: “Está bem. O senhor tenha a bondade de deitar naquela cama.” Ele estranhava

um pouco, e eu dizia: “Você pode tirar a camisa.” Olhava...tirava a camisa. Eu examinava aquilo que eu achava que devia examinar e, por último, media a pressão. Nesse ínterim, ele ficava me olhando. E, assim, eu fui transformando realmente aquilo que era um posto médico, onde se dava atestado e aspirina, num serviço médico de ambulatório razoável.

O diretor da época, Dr. Gigliotti, já me respeitava por causa dessas minhas atividades e consegui que comprassem um eletrocardiógrafo, uma coisa nova na Câmara. Comprado o eletrocardiógrafo, comecei a fazer eletrocardiograma nos doentes, nos deputados, sobretudo. Há um episódio que considero engraçado: o deputado Oliveira Brito — não sei se os senhores se lembram dele — foi lá e pediu-me para tirar sua pressão. Ele era muito fechado. Tinha uma integridade tão grande que refletia na face. Disse-lhe: pois não. Deite-se ali. Ele se deitou e ficou olhando para mim. Fiz o eletrocardiograma. Depois que fiz o eletrocardiograma, ele me perguntou o que eu havia achado. Eu disse: “o senhor tem um bloqueio completo do ramo esquerdo”. “É? O que significa isso?”. Disse-lhe que era arteriosclerose coronariana. Nem enrolei. Disse-lhe logo o que era, que eu tinha medo de bloqueio completo do ramo esquerdo, porque nos textos que eu estudava, dava mais ou menos em torno de cinco anos para o paciente sofrer um enfarto. Uma semana ou dez dias depois, encontrei-me com o cardiologista Dr. Franquine, que me disse ter sido procurado pelo deputado. O Dr. Franquine tinha sido uma espécie de meu preceptor. Ele me disse que o deputado Oliveira Brito o havia procurado no consultório e que havia nele constatado um bloqueio de ramo esquerdo. Fiquei satisfeito em saber que meu diagnóstico inicial havia sido confirmado. O deputado voltou a me procurar, mas já me olhando de outra maneira, afinal, o meu diagnóstico havia sido confirmado por um conceituado cardiologista do Rio de Janeiro. O deputado Oliveira Brito tornou-se a partir dali um grande amigo. Viemos para Brasília, morávamos no mesmo prédio, na mesma entrada. Parece-me que ele gostava que eu, como médico, morasse ali. Ele me ajudou muito. Foram coisas pequenas, mas que à época significaram muito para mim.

Cheguei a Brasília no dia 19 de abril de 1960, dois dias antes da inauguração da capital. A cidade parecia um piquenique grandioso, um piquenique enorme. Todo mundo se procurando, se ajustando. Todo mundo veio para cá com casa. Todos os funcionários da Câmara vieram para cá com um apartamento já “certinho”.

Eu não tinha onde atender. A Câmara colocava uma Kombi à minha disposição. Com ela eu ia à casa dos funcionários e dos deputados. Assim funcionava o serviço médico da Câmara no início de Brasília. A Comissão de Constituição e Justiça era naquele corredor onde é hoje a Primeira-Secretaria.

Lá arranjamos um espaço para fazer o atendimento. Começamos a atender ali. Depois, fomos para o Anexo I. Ir para o Anexo I foi uma batalha porque o arquiteto Oscar Niemeyer não queria serviço médico na Câmara dos Deputados. Ele achava que os funcionários desta Casa tinham de ser atendidos no Hospital Distrital de Brasília, como qualquer outra pessoa. Eu dizia: “– mas, Dr. Niemeyer, a Câmara dos Deputados já tem a tradição de ter seu serviço médico e de atender seus pacientes na própria Câmara”. Ele voltava a dizer que eles tinham de ser atendidos no Hospital Distrital. Um impasse terrível, porque ele não entendia – não sei se não entendia, ou não queria entender. Depois de muita luta, consegui que ele fizesse umas adaptações no primeiro, no segundo e no terceiro andares do Anexo I, e ali instalamos o primeiro Serviço Médico. Ele fez uns cubículos para servirem de consultórios. Ali nos instalamos e começamos a atender.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma curiosidade minha: os funcionários que vieram para Brasília começaram a ter algum problema de saúde diferente do que tinham no Rio de Janeiro? Talvez em função do estresse da mudança, da diferença do clima...

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Na verdade, muitos deles exageravam nas queixas contra Brasília. Ninguém veio para cá de boa vontade: todo mundo veio contrariado. Havia uma funcionária que uma vez me disse: “Dr. Renault, eu vou entrar no plenário da Câmara nua, para o senhor me declarar insana e eu poder voltar para o Rio de Janeiro.” Havia uma revolta na grande maioria, que não aceitava Brasília. Ninguém aceitava Brasília de bom grado. Só quem aceitou Brasília foi quem veio espontaneamente; os que vieram transferidos, compulsoriamente, não estavam felizes.

Teve o caso de uma funcionária que no Rio de Janeiro tinha asma severa. Curiosamente, ao chegar a Brasília desapareceu completamente a asma dessa senhora. Um ano depois, ela entrou de férias, tomou um ônibus e foi para o Rio de Janeiro. Ao saltar na Praça Mauá, teve uma crise de asma. Nunca mais foi ao Rio de Janeiro.

Não houve nenhuma doença que fosse atribuída a Brasília. Falava-se muito que em Brasília o clima não era saudável, que a altitude prejudicava muito as pessoas, que aumentava a pressão arterial, que provocava doenças coronarianas. Tudo isso era mentira. Eu defendia dizendo que muitos deputados iam a Petrópolis todo fim de semana. Eu dizia a eles que Petrópolis tinha a mesma altitude de Brasília, e lá nunca ninguém tinha passado mal, pelo contrário, achavam Petrópolis uma maravilha, por causa da altitude.

Então, instalamos o Serviço Médico. Montamos um laboratório, um departamento de radiologia, e o Serviço foi crescendo e ganhando prestígio na Casa. Certa vez, eu observei que alguns exames de laboratório com determinação do colesterol estavam rotineiramente elevados. Eu fui ao chefe do laboratório e disse: “Você faça uma revisão nesse aparelho, porque o colesterol dos meus doentes está aumentado.” Ele então me trouxe a relação dos pacientes com colesterol elevado e disse que eram todos deputados. O colesterol dos funcionários estava normal. Tirei a seguinte conclusão: “por que os deputados estão com o colesterol elevado aqui?” Os deputados, principalmente os do Rio de Janeiro, vinham para Brasília na terça-feira contrariados porque estavam deixando suas famílias e estressados porque vinham de avião. A primeira coisa que faziam era ligar para a mulher e dizer que tinham chegado bem. Depois iam fazer o exame de colesterol, e o resultado dava alto, por causa do transtorno que eles consideravam a viagem para cá. Quando voltavam para o Rio de Janeiro, na quinta ou sexta-feira, iam a um laboratório fazer novamente a dosagem. O resultado dava normal. Havia realmente uma relação muito grande entre Brasília e o colesterol.

Grande parte dos deputados não fazia nada que não quisesse fazer; não havia grande atividade parlamentar na época. E só os líderes trabalhavam mais. Eu vi muitos ex-governadores e ex-secretários de Estado transitando por esses corredores esperando só o dia de voltar para seus estados. Não vou citar nomes, mas muitos deles são muito conhecidos.

Em função de exames de laboratórios, certa vez Ibrahim Sued, colunista social – acho que todos se lembram dele – declarou numa de suas colunas que as crises políticas ocorridas em Brasília eram diagnosticadas por Dr. Renault muito antes, por causa dos resultados do colesterol dos deputados, que davam elevados.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor ia começar a contar algumas histórias quando eu o interrompi. O senhor falou assim: algumas histórias interessantes, mas eu o interrompi.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – É, por exemplo, não resta dúvida, a do deputado Oliveira Brito é uma delas. Acho curioso, porque quando eles me olhavam – eu era um menino, não é? –, não sentiam nenhuma confiança em mim. Depois eu consegui transformar isso em uma confiança inusitada. Tanto que aqui, já em Brasília, o deputado Aducto Lúcio Cardoso, quando presidente da Câmara, tinha taquicardia paroxística. De vez em quando o coração acelerava. Ele já sabia mais ou menos o que fazer: comprimir a artéria.

Mas ele um dia me perguntou: “Renault, quero que você...” – como presidente, ele chegava ao plenário, às quatro horas da tarde, não sei se ainda hoje está assim, porque tinha o pinga-fogo e depois o presidente chegava para dirigir os trabalhos. Disse: “eu queria que você, a partir das quatro horas, vá para o plenário, porque se eu tiver uma taquicardia paroxística, eu quero que você me socorra.” E eu disse: “Dr. Aducto, não dá, não dá, porque eu não posso deixar o ambulatório com dez, quinze pessoas esperando que eu as atenda e ir para o plenário. Fica ruim para mim e muito pior para o senhor. Vão dizer que o Dr. Renault sai do ambulatório para atender ao presidente e deixa os pacientes” – e podiam dizer isso mesmo. Daí ele me disse: “Então, o senhor dá outra solução.” E eu disse: “Dou. O senhor contrata mais médicos que eu dou a solução.” Daí, pronto, contratou. Aí, eu incluí sete médicos nessa época. Eu coloquei o que eu precisava para o plenário, mais um radiologista, mais um patologista e cinco clínicos que vinham para o plenário todo dia. Fizemos uma sala embaixo, onde era a Sinopse. Ali ficavam os médicos, mas o local depois desapareceu, pois era inadequado: embaixo, lá embaixo....

Outros casos assim curiosos, da época, eu vou me lembrar. Podem perguntar agora.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Uma característica citada pelo senhor, interessante notar, quando foi projetado o Palácio Tiradentes foi escolhido um local próprio para o Serviço Médico.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Sim.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – E aqui no novo palácio em Brasília já não se projetou isso. Interessante.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Não queriam, não queriam mesmo.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – O senhor estava falando sobre isso e eu fui me lembrando. Lá no Palácio Tiradentes havia fotos da sala. Era interessante. Foi realmente uma coisa que deixou a...

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Foi uma conquista nossa, direta com o Niemeyer, uma luta, porque ele mandava em tudo. Mandava em tudo.

Eu me lembro de que lá no Palácio Tiradentes, uma vez, chegou carregado o deputado José Maria Alckmin. Vocês se lembram dele? Ele tinha quebrado um dedo numa porta e foi logo socorrido. Ele era um homem já importante na política brasileira.

Não sei quem faltou, de parlamentar da época, que eu atendesse. A começar por, no Palácio Tiradentes, Carlos Lacerda. Vocês lembram dele. De vez em quando, chegavam lá no meu gabinete deputados da UDN, tipo João Agripino, e me pediam: “Renault, corre lá em cima para atender o Carlos, que ele está

passando mal.” Ele ficava no terceiro ou quarto andar, lá em cima, onde era o gabinete dele, com pressão baixa, meio mole, cansado. Ele trabalhava muito, falava muito, e cansava. Eu ia lá, cercado de muita gente, e coisa e tal... Carlos Lacerda passando mal.

Eu atendia outros. Quem foi que eu não atendi? O primeiro aqui era o deputado Ranieri Mazzilli, a quem eu via quase todo dia, pois morava perto do apartamento dele, vizinho. Então, freqüentemente, eu ia lá: uma ou duas vezes por semana, ia examiná-lo. Uma vez me perguntaram: “Renault, o Mazzilli tem aquela pose toda quando você o está examinando?” Porque...alguém aqui o conheceu? Na Presidência ele adotava a posição ereta, elegante. Eu dizia: “Olha, quando vou examiná-lo, ele, do jeito que estiver, é a mesma coisa, senta na cadeira com a mesma pose.” Não, ele não perdia a pose, continuava com “aquela” pose. Mas ele foi um grande presidente da Câmara dos Deputados. Ele passou sete anos como presidente, reeleito todo ano, reeleito todo ano.

Outro parlamentar de quem eu me tornei muito amigo foi o deputado José Bonifácio, 1º secretário na época da transferência, presidente alguns anos depois. Nós tínhamos um convívio muito estreito. Ele me chamava toda semana, uma ou duas vezes, para tomar o chá da meia-noite. Imaginem o que era isso. Eu ia duas ou três vezes por semana ao apartamento dele. Ele morava na 111 e eu também, cada um num bloco. Na verdade, o que ele queria era que eu o examinasse. Era um pretexto para eu ir até lá. Ele era notívago, só dormia muito tarde, e acordava tarde também. Quando foi líder do Governo, o Golbery telefonava para ele às 7 horas da manhã, militar que era, mas ele não atendia, só atendia a partir de 11 horas. Foi aí que o Golbery soube que ele era notívago, passava a noite toda lendo, estudando, fazendo qualquer coisa, menos dormindo. Era um homem muito interessante. Teve um infarto do miocárdio aqui na Câmara dos Deputados e eu o levei para o serviço médico, onde fiz o eletro e o diagnóstico foi estabelecido. Levei-o então para o Hospital Santa Lúcia e lá o tratei. Curiosamente, naquela época não havia UTI, não havia nada, tratava na marra mesmo, no apartamento. Tomamos os cuidados necessários e ele foi se recuperando. Ao fim de um mês – quatro semanas era o prazo que se dava para considerar o doente curado — ele tinha de tomar posse na Câmara, antes do dia 5 de dezembro, o dia em que o Congresso entrava em recesso. Se chegasse o recesso e ele não tivesse reocupado sua cadeira de presidente, iria passar todo o recesso fora da Presidência, o que para ele era péssimo. Como ele já estava andando, eu peguei o meu carro e o trouxe aqui. Parei o carro na entrada da chapelaria, entrei com ele e disse: “o senhor vai fazer hoje exatamente o que tem de fazer no dia em que retomar sua posse.”

Pegamos o mesmo caminho, depois o elevador, saltamos aqui e entramos no plenário. Era um sábado, não havia ninguém.

No plenário, ele subiu os poucos degraus que levam à tribuna. Eu disse a ele: “pare no segundo degrau e olhe para trás, como se estivesse cumprimentando alguém.” E assim ele fez: subiu, parou, sentou-se à mesa da Presidência e simulou que estava presidindo. Dessa forma, dia depois tomou posse e não perdeu o direito de ser presidente durante o recesso, o que teria sido ruim para ele e para a Câmara.

Ele tinha pela D. Vera, sua mulher, uma verdadeira fixação, de amor, de amizade, de companheirismo. Lá, ainda no Palácio Tiradentes, quando a D. Vera ia ao cabeleireiro, que ficava na rua da Assembléia, ou Rua São José, ele ficava circulando em torno, para não se afastar dela. Só se afastava quando ia para a Câmara. Quando teve de viajar, como líder do governo – foi convidado pelo presidente Geisel, para ir com ele a Londres – as únicas mulheres que faziam parte da comitiva presidencial eram a esposa do presidente, a esposa do chefe da Casa Civil e a do ministro das Relações Exteriores. Os outros convidados iriam sem as mulheres, inclusive ele. Mas ele não agüentava isso de jeito nenhum. Ir sem a D. Vera para ele não existia. Então, conseguiu um avião que ia para Londres no mesmo dia e praticamente na mesma hora em que saía o avião presidencial. Foi o Dr. Luciano Brandão, então diretor-geral que conseguiu isso. O Dr. Luciano me recomendou que fosse para a casa do José Bonifácio, porque os dois iam se despedir e poderia haver algum problema. Eu então fui para a despedida.

Foram o deputado José Bonifácio e a D. Vera para Londres e se hospedaram no mesmo hotel, mas o andar estava reservado para a comitiva presidencial e a D. Vera teve de ficar no andar de cima ou no de baixo – não me lembro, de modo que ele pudesse bater com a bengala no chão ou no teto e perguntar: “Vera, você está aí?” Ela não o viu em Londres, só o viu durante a passeata presidencial, quando a comitiva passou em carruagem, em meio à multidão, e lhe fez um sinal. O presidente Geisel ficou sabendo do problema e a convidou para que voltasse junto ao marido, no avião presidencial. Ele era fantástico nesses casos.

Há outro episódio curioso sobre ele. Ele estava em campanha em Juiz de Fora, reduto eleitoral dele, no sábado, pela manhã, rua cheia de gente, quando passou mal e foi a uma farmácia da rua principal da cidade. Chegou lá e disse para o farmacêutico: “Me dá um remédio aí, que eu estou passando mal do coração”. Ele tinha taquicardia identificada. Aí o farmacêutico falou: “Ah, Dr. deputado, eu não posso dar remédio para coração, não. Vou chamar uma ambulância”. “Pode chamar a ambulância. Chama, que eu estou passando mal.”

Ele estava com D. Vera, é claro. Ao chegar a ambulância, quem foi na maca? A D. Vera. Ele foi na frente, (risos) porque não podia aparecer, à época de campanha, como um homem doente. Então, ele foi lá na frente, com o motorista, e D. Vera deitada atrás, na maca. (risos) Isso é dele mesmo. É fantástico, não é?

Ele teve outro infarto em Belo Horizonte, quando estava no aeroporto. Passou mal e foi levado para o hospital. Lá os médicos queriam colocar um marcapasso. Ele disse: “Olha, em mim vocês não mexem não, enquanto o Dr. Renault não chegar aqui”. Era uma amizade e confiança muito grandes. Então mandaram um avião para cá, um desses da Líder. Era um aviãozinho. Eu fui para lá de noite, com um medo danado porque estava chovendo, acho que granizo, e batia no avião. Aquela barulheira!

Chegando lá, tinha um carro me esperando, do Andradinha, que era secretário de Estado. Ele saiu pelas ruas de Belo Horizonte correndo, que eu dizia: “Eu não morri lá em cima, vou morrer aqui embaixo”. (risos)

No hospital, ele estava deitado no centro cirúrgico onde iam colocar o marcapasso. Eu cheguei, examinei e autorizei que fosse colocado o marcapasso. Na verdade, os médicos que iam botar o aparelho sabiam muito mais sobre marcapasso do que eu, mas ele queria saber da minha opinião. E a minha opinião era de que deveria colocar. Ele foi fantástico nessas coisas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Renault, desde o início, ainda no Rio de Janeiro, o senhor já tinha um vínculo formal com a Câmara ou era por prestação de serviços? Como era sua situação?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Eu era médico requisitado ao Hospital dos Servidores do Estado. Como tal, fiquei lá em 1958, 1959 e começos de 1960. Depois vim para Brasília nessa mesma posição. Meu vínculo era esse. Eu assinava ponto no gabinete do diretor-geral e no fim do mês ia lá receber, assinar o recibo. Era um funcionário requisitado pela Câmara.

Em 1961 ou 1962, a Câmara baixou uma resolução efetivando todos os funcionários que tinham sido requisitados – acho que todos – ou nomeados aqui, precariamente, que recebiam mediante recibo. Houve até um problema comigo muito sério. Eu fui ao presidente Mazzilli e disse a ele: “Presidente, está todo mundo feliz com a efetivação, todo mundo feliz, soltando foguetes, menos eu”. “Por quê?” “Porque eu, a partir de agora, não sou mais requisitado, eu passo a ter dois empregos.” E dois empregos não era possível ter na época, a Constituição proibia. “Então, eu ou fico aqui ou volto para Rio de Janeiro para o Hospital dos Servidores do Estado. Entre as duas coisas, presidente, eu prefiro voltar para o Hospital dos Servidores do Estado, que é a minha Casa e tal.” “Não, você não volta.” “Então, como é que eu vou ficar?” “Pode deixar.”

Foi aí que comecei a lutar para que aos médicos fosse dado o direito de ter dois empregos, como já tinham os juízes e os professores. Lutei muito, até que um deputado se encarregou de apresentar um projeto de emenda à Constituição que permitiria dois empregos a médicos. Foi o deputado João Alves, da Bahia. Eu também pedi apoio a outros deputados. A matéria foi aprovada. Já era presidente o Castelo Branco.

A emenda foi à sanção, e aconteceu que o presidente vetou a matéria. Apesar de eu ter falado com o líder da Maioria, numa vez que ele esteve deitado numa cama, no Serviço Médico. Eu pensei: “deitado aqui... ele vai me atender.” O presidente vetou a emenda, então veio o veto para ser apreciado no Congresso – era muito difícil derrubar um veto. O deputado Laerte Vieira, que era vice-líder do Governo, ficou na entrada do plenário pedindo a todos que votassem pela manutenção do veto. O veto foi mantido. Então, não passou. Acontece que um mês depois, ou talvez até menos, o presidente Castelo Branco enviou à Câmara dos Deputados um projeto para permitir aos médicos os dois empregos... O que ele não queria é que o projeto fosse do PTB, então partido do deputado João Alves, só por isso.

A partir daí passei a estar legítimo: eu, lá e cá. Depois, eu fui crescendo na Câmara: sempre trabalhei muito e sempre fui muito claro nos meus tratamentos e nos meus diagnósticos. Eu ia a congressos. Meu prestígio foi aumentando. Passei a ser chefe da Seção Médica, depois que o Dr. Costalat faleceu. Antes mesmo eu já era chefe na prática, porque quando o Dr. Costalat estava doente, eu é que dirigia. Depois o serviço passou a diretoria, se ajustando a um plano da Fundação Getúlio Vargas, que reuniu, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, todos os diretores para estudar a forma de mudar a dinâmica da Câmara, sua organização. Então, passou a ser diretoria, depois, passou a coordenação e, depois, passou a departamento. Essas conquistas foram particularmente minhas. A de departamento foi muito difícil, porque se dizia que, no dia que eu conseguisse passar a coordenação para departamento, outras coordenações iriam querer se atrelar nessa locomotiva. Mas o que eu podia fazer? Eu achava que a minha coordenação merecia. Se outras também merecessem, que fizessem o mesmo.

O deputado Flávio Marcílio era o presidente na época. Então diziam que eu tomava café, almoçava e jantava com o deputado Flávio Marcílio. Eu ia para lá e para cá no carro com ele, sempre falando no Departamento Médico... Departamento Médico...e tal...e tal...e tal...até que ele consentiu. O projeto eu fiz e enviei para o diretor-geral, Luciano Brandão, e para o secretário-geral da Presidência, que era o Paulo Affonso. Foi tudo acertado. Mas nenhuma outra

coordenação sabia. Eu tinha algumas coisas a consertar, e consertei ali na 1º secretaria mesmo. Fui lá e bati à máquina, o que eu sempre fiz muito bem. O Paulo Affonso dizia: “Renault, tá na hora, acabe logo com isso.” O pedido foi aprovado estrategicamente no dia 30 de junho, porque no dia seguinte começava o recesso. Foi assim que conseguimos o Departamento Médico.

Outra conquista foi transferir o Departamento para o Anexo III. O Serviço Médico não tem muito prestígio em casas como a Câmara. Sempre que eu me levantava para pedir alguma coisa, sempre diziam que a Taquigrafia era mais importante do que o Serviço Médico. Na verdade, esse era o discurso de uma funcionária que era mais ou menos líder no Departamento de Pessoal. Ela dizia que o Serviço Médico era serviço-meio e a Taquigrafia era serviço-fim. Quer dizer, a Câmara poderia passar sem o Serviço Médico, mas não poderia passar sem a Taquigrafia, sem o Departamento de Pessoal. Então, o que eu poderia fazer? Eu ia tentando. Passar para este lugar foi muito difícil: conquistei isso na época de um dos presidentes mais difíceis que tivemos, o deputado Nelson Marchezan. Não sei se alguém aqui o conheceu ou trabalhou com ele. Era muito difícil. Foi ele que cedeu o espaço e inaugurou o Departamento Médico. O lugar era para ser escritório de deputado ou da Assessoria da Casa, mas foi ele quem nos deu.

Há com ele um episódio médico muito engraçado: eu estava em casa, quando ele me telefonou dizendo que sua mulher havia chegado de viagem e ele também, só que em aviões diferentes. Ela havia chegado antes. Estava passando mal, então ligou para o Departamento Médico e falou com o plantonista. Era sábado e só tinha o plantonista, que mandou aplicar nela uma injeção, sem vê-la. Eu disse que aquilo não era possível, e ele respondeu que era possível, sim, que aquilo não podia acontecer, etc. Então liguei para o Departamento Médico, chamei o plantonista e disse que ele havia cometido uma gafe muito grande, um erro, porque não examinara a mulher do presidente, e ainda mandou aplicar nela uma injeção. Ele me explicou que a filha havia ligado para cá dizendo que a mãe estava com determinado problema, mas que ela costumava tomar a tal injeção, se a gente podia mandar aplicar lá. Eu respondi que apesar de aquilo não estar totalmente errado, estava errado. Vocês deveriam ter ido lá. Para mandar fazer uma injeção, deveriam ter ido lá. “Agora – disse ao plantonista – você tem de ir lá, porque o rolo está feio: o presidente está danado.”

Ele foi, mas eu resolvi e fui também, porque sabia que a emenda ia ser pior do que o soneto. Eu pensei que aquele médico não ia ter o jogo de cintura que eu já estava acostumado a ter. Cheguei lá junto com ele e lhe disse que podia ir embora que eu resolveria o problema.

Fui para o quarto da D. Maria Helena, comecei a examiná-la e o presidente junto de mim. “Dr. Renault, isso é um absurdo, como pode um negócio desses? O Serviço Médico não funciona, não veio um médico aqui, e o que foi que o senhor fez.” Quando acabou, eu saí, fui para o living da casa do presidente, fiquei olhando para o lago e pensando o que eu ia fazer. E o deputado chegava e continuava falando. Eu levantava, ia para o quarto de novo, examinava de novo a D. Maria Helena, apalpava-lhe a barriga, media sua pressão, e ele atrás, falando no meu ouvido. Eu terminava, saía, sem dizer uma palavra, ficava olhando para um lado e para o outro. E ele junto, reclamando. E ele atrás. Fiz isso umas três ou quatro vezes até ele cansar, porque eu não me cansei. Saí de lá com uma caixa de vinho presenteada por ele. E sem dar uma palavra. Eu não dei uma palavra. Aí ele já tinha muito respeito pelos diretores, por mim em particular, porque eu tratava dele, da sua mulher e dos filhos. Esse tipo de coisa sempre acaba em muito respeito e muita amizade. De outra feita ele me chamou e disse, esbravejando, que um jornalista foi ao serviço médico, não foi atendido, e o médico ainda bateu com a porta na cara dele. Disse: “mas não é possível uma coisa dessa! Eu vou apurar.” Ele disse: “Então apure e demita esse médico!” Como se eu pudesse demitir um médico que possuía vínculo efetivo na Câmara. Isso não podia. Então, fui apurar os fatos. Aconteceu o seguinte: O jornalista foi lá, disse que estava passando mal e queria falar com o Dr. Lóssio, que era seu amigo. A enfermeira disse que ele não estava de plantão naquele dia – era um sábado. Ele não queria ser atendido pelo outro médico que estava de plantão. Insistia em ser atendido pelo Dr. Lóssio. A enfermeira dizia que não havia como trazer o Dr. Lóssio naquele dia; afinal, ele não estava de plantão. Aliás, nem em casa ele estava. Enfim, o jornalista aceitou ser atendido por outro médico. Ele já chegou ao médico com raiva. A enfermeira bateu à porta do consultório do médico e disse-lhe que havia um jornalista passando mal para ser atendido. O plantonista estava deitado em trajes sumários. Antes de mandar o paciente entrar, fechou a porta para se compor e depois voltar para atender ao jornalista. Nesse ínterim, o jornalista foi embora com raiva, foi para o Hospital Distrital e lá se internou e fez o maior escarcéu. Depois de apurar tudo, procurei o presidente e lhe narrei o acontecido: o médico não bateu a porta na cara do jornalista coisa nenhuma. Ele que foi intolerante, indelicado e foi embora antes de ser atendido. São coisas muito particulares do Serviço Médico.

O Serviço Médico da Câmara vem crescendo. A planta do Serviço Médico é fantástica. Mais ou menos o que eu havia imaginado. Os médicos entram pelos corredores internos; o doente, pela frente. O médico pode sair da sua sala e ir

para outra sala para conversar com o colega sobre o seu doente e voltar sem que o paciente note sua ausência. São coisas como essas que eu acho que são bem feitas para um serviço médico.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Dr. Renault, é a segunda vez que alguém toca no assunto do Aducto Lúcio. Porque ele teve aquele problema. Ontem mesmo o caso foi citado. Quando o Congresso foi fechado, em 1966, o senhor acompanhou de perto o que aconteceu, por certo. O recesso, o coronel Meira Matos entrou.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Eu me lembro.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – À época, houve alguma coisa diferente?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Não. Particularmente, nada. Naturalmente, todo mundo ficou desolado com a Câmara fechada. Os deputados, particularmente, e os servidores também. Nós ficamos aí.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Em 1968 ficou mais tempo fechada.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Muito mais tempo fechada.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – De dezembro a novembro de 1969.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Esse tempo foi terrível.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quando sabia que uma votação seria mais polêmica, o senhor tomava algum cuidado especial, montava algum esquema?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Com certeza. Quando havia esse tipo de votação, o plenário ficava cheio. Em geral, eram decisões importantes. Eu vinha para cá, ia para o plenário e freqüentemente ficava na mesa, conversando com o Paulo Affonso. E montava um esquema de segurança médica. No plenário mesmo nós colocávamos um médico de prontidão.

Curiosamente, às vezes eu chegava ao plenário, lá de cima olhava para os deputados e dizia: “Aquele vai ter um infarto; aquele vai ter um AVC; aquele vai morrer”. Meu Deus do céu, como é horrível esse negócio!

Mas na verdade essas previsões não se confirmavam. Pelo menos, não na época em que eu as fazia. Quase todos morreram em suas casas, em seus estados. Quase todos. Eu não assinei atestado de óbito de quase nenhum deles. A não ser os que morreram em casa, aqui.

Mas os problemas que eu previ: fulano de Tal tem coronária ruim, é hipertenso e vai ter algum problema e vai ser aqui, qualquer dia. Felizmente, isso quase não aconteceu.

Como exemplo eu cito um episódio ocorrido com o deputado Magalhães Pinto: eu estava aqui e alguém me telefonou, dizendo que ele estava passando mal no plenário. Eu corri. Ainda estávamos no Anexo I. Ele estava sentado fora do plenário, num banquinho que havia ali, encostado na parede.

Quando cheguei, vi que ele estava da cor da parede: branco, branco, branco. Eu disse: “Está tendo uma hemorragia, é claro”. Eu o levei para o Departamento Médico, onde o examinei e disse: “Está com hemorragia digestiva”.

A primeira dificuldade foi o fato de que ele não queria ir para lá. Eu dizia: “Deputado Magalhães, o senhor tem que ir para lá”. Ele dizia: “Não, Renault, me leva para casa. Se eu for para casa, você vai comigo?” Eu disse: “Vou, sim. Mas o senhor vai primeiro ao Serviço Médico”. Arrumei uma cadeira de rodas, levei-o para lá, deitei-o, fiz um exame de sangue, que constatou que ele estava com a hemoglobina e o hematócrito muito baixos, porque tinha perdido muito sangue. Disse: “Corram com ele para o hospital, para fazer uma transfusão”.

Mas ele não queria ir. Queria ficar em casa. Apesar da resistência, foi para o hospital e lá se tratou. Foi para a UTI, recebeu sangue, recebeu o tratamento correto e teve alta.

Antes de ele ter alta, uns amigos médicos aqui de Brasília me pediram que falasse com o deputado Magalhães Pinto para ele esclarecer uma declaração que ele fez, dizendo que os melhores médicos de Brasília eram a Varig, a Transbrasil e a Vasp. Isso correu durante muito tempo. Eu falei com ele. Disse: “Os médicos estão preocupados, deputado. Acham que a oportunidade de o senhor dizer duas palavras a favor dos médicos de Brasília é esta, em que o senhor teve esse episódio grave e se recuperou após ter sido tratado em Brasília, por médicos de Brasília, num hospital de Brasília”.

Ele fez uma carta, em que agradecia o serviço que eu e outros médicos tínhamos prestado e dizia que tinha se recuperado muito bem. Mas não negou o que havia dito antes.

Mas Brasília foi se afirmando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Os funcionários davam muito trabalho para o Serviço Médico?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Trabalho normal. Trabalho normal.

Sempre me perguntavam e ainda me perguntam: “Dr. Renault, aqueles deputados vêm “encher”, não é? Devem dar muito trabalho a você.” Eu dizia: “Não. Porque quando o deputado vai lá, ele se comporta – ou eu faço com que ele se comporte – como um doente comum”. Se você trata de um doente de modo diferente, termina correndo maior risco de errar.

Por isso é que os médicos, em geral, evitam tratar de pessoas muito chegadas, como as da família. Isso causa problemas, porque você quer fazer exceções. Então dá aquilo que chamamos de “esmeraldite”.

Sabe o que é “esmeraldite”? Nosso anel é de esmeralda. A expressão “esmeraldite” vem daí, é isto, a doença causada em família de médicos ou no próprio médico por excesso de zelo.

Temos que tratar o doente como quem trata de qualquer outro; precisamos evitar favorecê-lo por alguma razão.

Eu tenho sempre dito que nós tratamos o operário, o candango, o funcionário da mesma maneira como tratamos uma estrela, um homem diferenciado. É a mesma coisa: o diagnóstico é feito da mesma maneira, o tratamento da mesma maneira. Mas muda alguma coisa: a maneira como você tem que abordar determinados assuntos. Se você diz: “Deputado, o senhor tem uma hérnia, que o senhor precisa operar”. Ele pergunta: “Como é essa operação?” “Essa operação é assim, assim, assim.” “Quem vai operar?” “Fulano.” “Quem vai ser o anestesista?” Quer dizer, ele pergunta. Qualquer pessoa esclarecida faz essas perguntas. E você tem que dar uma aula de anatomia, de cirurgia, de fisiologia, de tudo isso, para o doente esclarecido. Já para o doente candango, você diz: “O senhor precisa ser operado de hérnia. Vá ao cirurgião fulano de tal para ele operá-lo”. E ele não pergunta nada.

Portanto, eu acho que a diferença é só esta: de comunicação.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Dr. Renault, nós sabemos que alguns deputados têm muita preocupação com a vaidade, com a imagem, e sabemos que alguns não aceitam que certas doenças estejam instaladas neles.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – É.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Aconteceu muito de um deputado passar por um problema sério e pedir para não ser dada divulgação?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Pedir que não fosse revelado.

Olha, não só o deputado queria isso, como nós fazíamos um pouco de questão de encobrir determinadas doenças, porque não seria bom para ele. Era preciso entender.

O então deputado Armando Monteiro, pai desse que está aí hoje, era meu amigo – nós jogávamos futebol juntos em Recife, quando estudantes, e fazíamos uma série de coisas. Ele estava, na época do parlamentarismo, sendo indicado para ministro da Agricultura. Era bem jovem ainda. A ansiedade e a expectativa foram tão grandes que ele teve uma úlcera de estômago.

O tratamento de úlcera, na época, consistia em afastar o doente do local em que adquiriu a úlcera: a casa ou o trabalho – a rua é que não é. Era preciso afastá-lo desses ambientes, internando-o.

Eu pensei: “Vou internar o Armando agora, no momento em que ele vai ser ministro? Se fizer isso, ele não vai ser! Como vão nomear um doente para o ministério?” Disse-lhe, então: “Você não vai ser internado. Eu vou tratar você andando. É como se não estivesse doente. Você tem que se comportar como tal. Mas, cuidado! Não demonstre a ninguém!” Eu tinha essa preocupação, para favorecê-lo. Disse-lhe: “Você tem que tomar leite de duas em duas horas, entendeu?” “Mas, Dr. Renault, na reunião do Conselho e ministro, como é que eu vou tomar leite?” “Bem melhor do que você tomar uísque. Não vejo inconveniente, você toma um copo de leite.”

E assim eu fui levando. Ele foi ministro, ficou bom. Passou! Se ele contou, eu não sei, mas eu mesmo nunca disse.

Um episódio interessante foi o do deputado Siqueira Campos, do Tocantins. Ele lutou como um mouro para formar esse estado, queria que Tocantins se tornasse um estado. Foi uma luta muito grande. Como ele não conseguia, o que fez? Vocês sabem disso? Ele fez uma greve de fome. Fez greve de fome e ficou lá no Serviço Médico. Nós... tomando conta dele: ele deitado, tomando soro, porque eu não ia deixar ele morrer de desidratação. Sem comer nada. Ele passou lá uns dias, não me lembro quantos, cinco dias a uma semana, em greve de fome. Até que foi atendido no seu objetivo. Hoje o estado de Tocantins deve a ele isso, esse sofrimento.

Muitos deputados não queriam que sua doença fosse revelada, nem a gente, de maneira nenhuma, tinha interesse nisso. Um caso muito comentado e curioso, que vocês conhecem, é o do deputado Tancredo Neves. O Tancredo consultava-se comigo, freqüentemente, quando deputado e depois como senador. Na verdade, se o deputado vai para o senado, ele muda a Casa, mas não muda o médico. Quer dizer, eu continuei sendo médico dos senadores Sarney, Tancredo, Virgílio Távora. Todos eles queriam ir para lá, mas voltavam. Então, o Tancredo freqüentava meu consultório. Quando governador de Minas, ele vinha a Brasília e fazia seu *check-up* comigo. A D. Antônia, sua secretária, telefonava para mim: “Dr. Renault, o governador quer fazer um *check-up*. Ele pode ir aí?” “Pode vir aqui amanhã.” Ele vinha. E assim eu entrei no caso Tancredo por essa razão: passei tratando dele vinte anos.

Quando ele foi eleito presidente, dias depois ele me chamou no apartamento dele, na 206. Queria que eu fosse examiná-lo. Eu fui lá, ele estava sozinho. Examinei e tal, conversei. Ele estava bem. Ele ia para Barra do Garça naquele

dia. Ao sair, ele disse assim: “Renault, quando eu voltar, eu quero que você examine aqui, que eu estou com um problema aqui”. E apontou para a fossa ilíaca. Eu disse: “Não, vamos examinar agora isso”. “Não, não, agora não dá tempo, porque os jornalistas estão lá embaixo me esperando, porque eu vou para Barra do Garça hoje.” Eu insisti, mas ele não quis. Foi para Barra do Garça e depois não voltou. Quer dizer, não tive mais contato com ele, porque em seguida ele foi para a Europa e os Estados Unidos. E eu ficava observando as reações dele pela televisão: “Meu Deus, com esse frio todo, é capaz de ele ter um problema de próstata”. Eu achava: “Vai ter um problema de micção. Que coisa! Podia ter examinado aqui e resolvido isso logo!” Foi quando ele voltou e, perto da posse, adoeceu. A posse era no dia 15. No dia 12, o Aécio me telefonou dizendo que o presidente ou “vovô” – ele falava as duas coisas – estava resfriado e queria saber se eu podia ir lá, no dia seguinte, pela manhã. Se eu concordasse, ele mandaria um carro me buscar em casa. Ele estava no Riacho Fundo. Eu estava, nesse dia do telefonema, na casa do Paulo Affonso – vocês conhecem, não? Secretário-geral da Mesa e naquele dia tinha sido reconduzido. Fui lá cumprimentá-lo. Foi lá que eu recebi o telefonema de Aécio. Ele havia ligado para minha casa e disseram que eu estava na casa do Paulo Affonso. Eu disse ao Aécio que se ele quisesse, eu iria lá na hora, se ele estava resfriado, era melhor tratar logo, antes que piore, porque teria de fazer discurso. O Aécio respondeu que ele iria tomar uma aspirina e que eu fosse no dia seguinte.

No dia seguinte, às 8h30, o carro estava me esperando, levou-me ao Riacho Fundo e comecei a examiná-lo. Examinei a pressão, o coração, os pulmões, a faringe, apalpei-lhe a barriga e ele deu um pulso. Pensei: “o problema pode ser sério.” Apalpei de novo e de novo ele reagiu. Reação de peritonite. Peritonite dá provavelmente em quem tem foco de inflamação no intestino, provavelmente, ou pode ser uma apendicite, embora apendicite não seja muito comum em pessoas da sua idade – 75 anos –, mas poderia ser, ou então diverticulite. Eu disse: “O senhor está com um problema abdominal sério e provavelmente precisará ser operado. Ele disse: Renault, faz o seguinte: “me trata, de toda maneira, sem operação. Se é infecção, me dá antibiótico”. Eu falei que ia levar outro médico para examiná-lo, para ver se confirmaria meu diagnóstico. Então levei o Dr. Pinheiro, para ir lá comigo examinar.

Nesse ínterim, eu já havia mandado colher sangue para fazer exames de laboratório. O Dr. Pinheiro o examinou e confirmou o diagnóstico: realmente era uma peritonite aguda, tinha de operar. Falamos com ele, com D. Risoleta, com Aécio, com a família, enfim. Todos estavam reticentes, sabendo que a decisão seria nossa. E eles concordavam. No mesmo dia eu disse que era

preciso fazer radiografias e ecografias. Ele respondeu que não podia aparecer no Serviço Médico da Câmara. Eu lhe disse para ir ao Centro Radiológico de Brasília, perto do Hospital Santa Lúcia. Acertei com os médicos do Centro Radiológico, que suspenderam todos os exames a partir de 3 horas da tarde, para ele chegar às 7 horas da noite. Fui buscá-lo na Fundação Getúlio Vargas, aqui na Asa Norte, no meu carro. Na época eu tinha um Galaxy; fomos nele. Paramos no sinal da rodoviária, as pessoas dos carros vizinhos começaram a olhar para ele. Quando saímos ele havia dito para o Aécio e para o filho Tancredo Augusto que ficassem lá segurando os jornalistas. “Não digam que eu saí, porque se souberem eles vão atrás”.

Fomos. Quando cheguei ao eixão, olhei para trás pelo retrovisor, vi o Aécio e o Tancredo Augusto num carro atrás de nós. Chegando ao Centro Radiológico de Brasília, ele fez os exames e confirmou-se a existência de uma placa de pus e todos disseram que ele tinha de ser operado. Ele saiu de lá com os familiares e nós ficamos olhando, na expectativa do que faríamos. Foram para casa. No dia seguinte, ele tinha uma missa, que ele me dizia ser a posse dele na igreja. Eu o aconselhei a falar com o padre para não se estender na missa porque ele não podia ficar muito tempo sem vigilância, em pé. “Não, pode deixar”, respondeu.

Naquela noite eu fui à missa, na Igreja D. Bosco. Fiquei num canto meio escondido, para não me perguntarem o que estava acontecendo. Ele se ajoelhou e tal. Antes de terminar, recomendei que ele fosse embora, porque o congestionamento àquela hora era grande. Estava em casa jantando quando o telefone tocou, era o Aécio e ele me disse: “Dr. Renault, corra aqui porque o vovô está passando mal, está roxo e eu tive que dar um Isordil para ele”. Peguei o Pinheiro e fomos correndo para lá. Quando chegamos ele já estava com o abdômen distendido, “deste” tamanho, e precisava de uma intervenção imediata, não havia como esperar. Aí eu o convenci. Ele disse: “Mas, Renault, precisa mesmo?” “Precisa.” “E a posse?” “O senhor vai para a posse. O senhor opera hoje e vai para a posse depois de amanhã.” Dornelles também ajudou muito nessa decisão. Bom, fomos para o Hospital Distrital. Lá, começou aquele burburinho, todo mundo soube, encheu o hospital de gente e tal. Ele foi operado e era um tumor benigno que estava ulcerado e infectado. Não foi câncer, foi um tumor benigno, ulcerado e típico, que estava dando essa peritonite. E o resto da história vocês conhecem. Depois acusaram a gente. Quando eu o examinei, no primeiro dia, ele disse: “Renault, você veja detalhes. Aí no portão, na saída, há muitos jornalistas esperando para que você diga o que eu tenho. Você diga que estou com faringite, estou gripado e com faringite”. “Está bem,

pois não, vamos dizer isso.” “Diga que não posso recebê-los porque estou com faringite e preciso economizar a voz, porque vou fazer discursos. Então, que me perdoem”. E foi o que eu disse aos jornalistas. Pois bem, fui embora. Disse porque o paciente, o presidente, pediu para dizer.

O SR. ENTREVISTADOR – Dr. Renault, tive o privilégio de participar dessa experiência sua e uma das coisas que me emociona é ver que o povo não tomou conhecimento de o quanto a classe médica de Brasília se solidarizou com o senhor, desde Altamirando Costa e Frejat até outros pioneiros. Esse apoio da classe médica foi do seu conhecimento?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Foi, sim. Recebi, à época, um número infindável de telegramas do país inteiro, de gente conhecida e até de pessoas que não me conheciam, solidarizando-se comigo. Um ou outro, que tinham sido colegas meus, que estavam no Paraná, no Amazonas..., tinham sido residentes comigo, no Hospital dos Servidores do Estado, disseram-me: “Renault, sabemos que você é competente e não é capaz de errar”. Foram telefonemas e telegramas de toda ordem que vieram para cá. Houve uma solidariedade muito grande. Eu até achava esquisito que houvesse tanta solidariedade, porque eu achava que não tinha cometido erro: eu tinha feito um diagnóstico limpo, cristalino, correto. Perguntava-me: “por que essa solidariedade toda?” Meus dois irmãos, que não costumavam me visitar, vieram de Recife para cá, com aquele jeito solidário. No dia da morte do Tancredo, o general Ivan, chefe da Casa Militar, mandou lá para casa dois soldados, dois policiais, para ficarem lá...no meu apartamento..., com receio de que houvesse alguma coisa contra mim. Achei muito estranho. Acordei de madrugada e, quando fui à cozinha, vi os dois soldados dormindo muito bem no escritório. Mas ele mandou deixar um carro da polícia lá no prédio o mês inteiro.

Achava tudo muito esquisito, mas tinha certeza de que havia feito um diagnóstico incontestável: de abdômen agudo, cirúrgico e tal. Depois o Conselho Regional de Medicina iniciou um processo contra os médicos. Eu tive que responder a esse processo junto ao Conselho. Acusado... de quê? Não era de negligência, não era de incompetência, não era de nada. Acusaram-me – e, por isso, fui punido – de ter feito boletins médicos que não exprimiam a verdade. Só isso. Só isso. Depois de uma luta enorme. Depois que a D. Marília Gabriela disse na televisão: “Os médicos foram cassados!” – disse isso. Ao final, o presidente do Conselho disse: “Punimos os médicos”. Tudo isso. E a que se atribui isso? Vou fazer aqui uma confissão – e talvez não seja a...: eu acho que à época o Conselho era composto de médicos da periferia, Taguatinga, Sobradinho, Gama e tal. Não tinham grande projeção na medicina brasiliense,

ou melhor, não tinham a projeção que eu tinha. Eles não tinham a projeção que eu tinha. Achavam que, eu era médico do presidente, dos senadores, dos deputados, do outro presidente, dos chefes de..., dos ministros, enfim, dessas autoridades às quais eles não tinham acesso... tenho a impressão que por essa razão tentaram me punir. Eram quase todos de “esquerda” e eu era considerado de “direita” por ser médico de políticos. O Conselho era composto, quase todo, de gente de esquerda. Eu não era de esquerda nem de direita, eu era médico. Médico da Câmara dos Deputados. Certa vez eu estava no Hospital de Base, no pronto-socorro, de plantão, quando recebi um chamado. Deixei no meu lugar um residente, dizendo-lhe que ia atender a um doente e já voltaria. Quando eu ia saindo, o chefe da Emergência do plantão perguntou-me se já estava saindo e me acompanhou. Eu disse: “eu não vou para lá, eu vou para cá”. Pensei que ele quisesse carona para o setor de residência e lhe disse que iria para o outro lado. “Mas você vai sair do plantão?” Disse a ele que sim, que iria atender um doente que precisava de mim. Perguntou-me: “Mas que doente é esse? Ele tem que vir para cá, para ser atendido aqui?”. “Não, mas não pode, Por que você vai? Você não vai.” Eu disse: “Vou. Eu vou porque eu tenho que ir.” “Que doente é esse que não pode vir aqui?” Eu disse: “é o presidente da República que precisa de mim e vou ao Palácio da Alvorada agora.” Então, o presidente tinha que ir até lá... (risos) Você já pensou um presidente da República em um pronto-socorro? O que a imprensa vai falar, até você vai ter prejuízo, o dólar vai cair, vai subir, vai ser uma revolução. “Eu vou lá!” E fui. E fui atender o presidente. Quer dizer, eles não gostavam. Eles diziam para mim: “ainda vou te colocar no paredão.” Ele era da linha dura mesmo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era o Sarney, o presidente?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Não, era o Ranieri Mazzili, o presidente. Foi na época da Revolução mesmo. Esse pessoal de esquerda estava mandando, por isso ele disse que eu não fosse.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Doutor, na época eu era professor, estava em sala de aula, ano em que estava me formando, e fizemos uma homenagem ao Tancredo, que foi nosso paraninfo. No dia desses acontecimentos, em sala de aula, citei que a doença dele não era recente. Todo mundo concordava com isso. É só para desencargo do senhor.

Nós, que acompanhávamos, líamos muito os jornais na época, tínhamos consciência disso. Sabíamos que não tinha acontecido aquilo naquele momento. Essa doença já vinha progredindo há determinado tempo. É só para registrar.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Muito obrigado.

Depois, a família do Tancredo ficou insinuando que a minha conduta não tinha sido correta – não a conduta médica –, que eu devia ter levado Tancredo para Belo Horizonte, ou para São Paulo. Mas não dava, era muito urgente. É muito difícil querer que, com abdômen agudo, que pode ser apendicite, se leve para São Paulo, correndo perigo de demora. Depois me acusou: disse que eu não dava informações a eles, só dava informações ao deputado Ulysses Guimarães. Até há um depoimento do Tancredo Augusto dizendo assim: “Dava informações ao deputado Ulysses Guimarães, que depois vim a saber que era presidente da Câmara”. Isso é um negócio que...não tem nem como justificar.

A decisão de levá-lo para São Paulo foi muito difícil, mas eu que tinha de tomá-la. Chegou o momento em que eu disse: “Vamos levá-lo para São Paulo.” Falei com Pinheiro, com o Pinotti: “Vamos para São Paulo”. Em São Paulo, o Dr. Pinotti tomou conta, e fiquei me sentido à deriva, sem participar muito ativamente do processo.

Quando foi na Sexta-Feira da Paixão, eu falei: “Dr. Tancredo, vou precisar ir a Brasília.” Ele disse: “Não vá, não”. Eu disse: “Eu vou porque o meu sogro teve um acidente, quebrou o fêmur e tenho de ir para coordenar. O senhor está bem tratado aqui, não falta nada para o senhor.” Ele disse: “Você volta?” Eu disse: “Pode deixar que eu volto”. E não voltei, porque vi que o clima lá não estava muito bom.

Eu dava todas as informações ao presidente Ulysses Guimarães, que era o presidente da minha Casa. Vinha aqui e dizia: “O presidente está assim e assim.” Depois, passei a dar informações ao presidente Sarney também, quando ele me chamava no Palácio.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Ele se baseava nisso daí porque ele informava ao Plenário. Eu lembro que na época dessa transição, vários pronunciamentos foram feitos no transcorrer da doença do Dr. Tancredo. Ele sempre era questionado em plenário, inclusive por José Genoíno. O pessoal do PT, na época, questionava. Então, cabia ao senhor informá-lo para deixá-lo ciente.

O SR. ENTREVISTADOR – Na nossa atividade, na Câmara, há algumas peculiaridades que, às vezes, são difíceis de explicar. Mas, nós sabemos que isso não é alguma coisa que seja um descuido ou um procedimento errado. Nada disso. Nós, da Câmara, temos que, às vezes, adotar posturas diferentes, por exemplo, da adotada no comércio em geral ou em atividades de outros profissionais comuns.

Agora, mudando de assunto, o senhor tem mais alguma história de outros momentos interessantes para relembrarmos?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Ainda não.

Num episódio de Tancredo, numa manhã, ao examiná-lo, achei que tinha alguns estertores na base do pulmão, o que significava início de pneumonia. Era muito fácil que ele estivesse com pneumonia, porque esta doença em geral é uma seqüência de outras doenças.

Os jornalistas vieram em cima de mim e eu disse que Tancredo estava com suspeita de alteração respiratória. Perguntaram-me se estava com pneumonia. Disse que não, mas poderia vir a se transformar. Encontrei D. Risoleta que estava surpresa com minha resposta e me disse, com aquele sotaque mineiro, que eu devia dizer que Tancredo estava ótimo, ótimo, ótimo. Respondi que sempre dizia que ele estava ótimo, mas que era hora de dizer um pouco mais.

No mesmo dia, fui convocado para uma reunião, no hospital, com todos os ministros do Tancredo. José Aparecido, que era um dos mais conhecidos e íntimos meus, disse: “Renault, eu te conheço há vinte anos, rapaz, e não esperava que você fizesse uma declaração tão infeliz. O país todo estava mobilizado pensando que o Tancredo está com doença grave, com uma pneumonia, rapaz...” Eu disse: “Aparecido, ele não está com uma pneumoniazinha não. Ele está com um negócio “deste tamanho” – que eu não disse. Muito mais sério do que eu disse e muito mais sério do que se possa imaginar.” Estavam os ministros...na época eram ministros José Aparecido, Fernando Henrique, Marcos Maciel. Havia todos esses. E foi assim.

Mais alguma coisa? Há muita coisa, mas que não posso nem devo revelar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há algo que não tenhamos perguntado que o senhor acha importante falar?

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Não me ocorre nada de especial. Minha trajetória na Câmara foi essa. Fiz pela assistência médica na Câmara aquilo que nunca imaginei fazer: transformei uma seção médica, com três médicos e dois enfermeiros, num serviço médico que é, em termos de ambulatório, o melhor que conheço em Brasília, quiçá no país. É de primeira ordem, de primeira classe. Fui transformando-o aos poucos, conquistando as melhorias aos poucos.

Como volto a dizer, o Serviço Médico, em instituição como a Câmara, não tem prestígio. O Departamento Pessoal sempre o nominava como serviço-meio e não serviço-fim. Tudo que pedíamos, argumentavam assim. Quando dizíamos que queríamos informatizar o serviço, respondiam-nos que os fios

não poderiam chegar ao Anexo III, mas chegavam ao Anexo IV, que é muito mais longe. Mas, eu fui conquistando tudo aos poucos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Gloria Varela) – Este projeto nosso tem por base os 180 anos do Poder Legislativo no Brasil. Pela sua vivência na Câmara dos Deputados, indago-lhe sobre sua visão a respeito da importância do Poder Legislativo para a história do Brasil.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Eu tenho o maior zelo pelo Brasil; eu tenho o maior zelo pela Câmara dos Deputados; eu tenho o maior zelo pelos deputados. Muita gente não gosta dos trabalhos dos deputados e eu sempre os enfrento, no meu dia-a-dia, dizendo que eles são trabalhadores, honestos – se há alguns que se desviam desse caminho, há muitos outros que vivem na biblioteca estudando, vivem nas comissões, trabalhando. Vocês podem passar nas comissões e verão que elas estão sempre cheias. Tenho muito zelo pelo Parlamento. Acho que é uma instituição que deve ser reverenciada e aplaudida por todos os brasileiros.

A SRA. ENTREVISTADORA (Gloria Varela) – Gostaríamos de agradecer a sua participação nesse projeto. Muito obrigada, em nome de todos.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Foi muito bom estar aqui com vocês e fazer declarações desse tipo. Algumas até...meio sigilosas. Mas...nada de especial. Eu não falei em nome de ninguém. Há alguns que já morreram: Aducto Lúcio Cardoso, Bilac Pinto, Oliveira Brito, Carlos Lacerda. Esses já foram embora.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Nós queríamos pedir para o senhor nos emprestar alguma fotografia, algum objeto, que mereça fazer parte da exposição. Nós faremos uma cópia e devolveremos a original.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO – Medalha do cinquentenário da Câmara...